



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



1 279ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo
2 Ata da Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 14/09/2018.

3 Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito foi realizada a ducentésima septuagésima
4 nona reunião ordinária do Pleno do CES/SP, na sala 600 do Conselho Estadual de Saúde no prédio da
5 Avenida Dr. Eneas de Carvalho Aguiar, 188 com as seguintes PRESENÇAS e REPRESENTAÇÕES: I – PODER
6 PÚBLICO: Secretaria de Estado da Saúde: Dr. Antonio Rugalo Junior- secretario Adjunto; Affonso Viviani
7 Jr – Suplente; Dr. Frederico Carbone Filho – (Titular) - SECRETARIOS MUNICIPAIS – Adriana Martins de
8 Paula – (Titular) - II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE- III REPRESENTAÇÃO DOS
9 PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Representantes dos Sindicatos de Trabalhadores na Área da Saúde: Mauri
10 Bezerra dos Santos Filho (Titular); Maria Isabel Cristina Martins Boniolo (Titular) - Conselhos de
11 Fiscalização de Exercício Profissional: Suely Stringari de Souza (Titular); Érica Beatriz Lemes Pimentel
12 (Titular) - Associação dos Profissionais de Saúde: Ana Carolina Aguiar de Carvalho (Titular); Neide
13 Aparecida Sales Biscuola (Titular) - IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS: CENTRAIS SINDICAIS: Ivanice
14 da Silveira Santos (Suplente) - Associações de Portadores de Patologia: Sheila Ventura Pereira (Titular);
15 Regina Celia Pedrosa (Suplente) - Associações de Portadores de Deficiência: Maria Alessandra da Silva
16 (Titular); Movimentos Populares de Saúde: Leonides Gregorio da Silva (Titular); Irene Ribeiro de Moraes
17 (Titular); Frederico Soares de Lima (Titular) – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES – Alaor Vieira dos Santos
18 (Suplente) - Programa ou Movimento Religioso de Defesa. da Saúde: José Carlos Ribeiro Gimenes
19 (Titular) - JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA: – I PODER PÚBLICO: Dr. Marco Antonio Zago (Presidente); Maria
20 Aparecida Novaes (Suplente) - Secretários Municipais de Saúde: Mônica Rodrigues de Carvalho
21 (Suplente) - UNIVERSIDADES DE SÃO PAULO – Maria Cristina Pereira Lima (Titular); José Carlos Souza
22 Trindade (Suplente) - PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – ENTIDADES FILANTRÓPICAS –
23 João Luis Castro Vellucci (Titular); Paulo Cesar Amadeu (Suplente)- ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS –
24 Marcelo Luis Gratão (Titular); Erik Oswaldo Von Eye (Suplente) – III – REPRESENTAÇÃO DOS
25 PROFISSIONAIS DE SAÚDE - REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES DA SAÚDE: Tamiris
26 Cristina Gomes Mazetto (Titular); Otelo Chino Junior (Suplente); Ana Lucia de Mattos Flores (Titular);
27 Ivonildes Ferreira da Silva (Suplente) - CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL –
28 Jason Gomes Rodrigues (Suplente); Eduardo Filoni (Suplente) - ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA
29 SAÚDE – Jair de Abreu Leme Junior (Suplente) - IV REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – Centrais Sindicais:
30 Jessica Torres (Suplente); Maxwell Moreira Moraes (Titular) - Associações de Portadores de Deficiência –
31 Silvana Nascimento (Suplente)- MOVIMENTOS POPULARES DA SAÚDE – Francisco de Assis Gonçalves
32 Valério (Suplente); Maria Bertolina Moraes (Suplente) - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSE DA
33 MULHER – Maria Eufrasia de Oliveira Lima (Suplente) ASSOCIAÇÕES DE MORADORES – João Cassiano de
34 Oliveira (Titular) – PROGRAMA OU MOVIMENTO RELIGIOSO DE DEFESA DA SAÚDE - Maria Alice
35 Pastorelli Certo (Suplente) Maria Cristina Lima (Titular) - AUSENTES: I – PODER PÚBLICO – Secretários
36 Municipais de Saúde – Maria Dalva Amin dos Santos (Titular); Adileu Stori (Suplente) - Universidades do
37 Estado de São Paulo: Antonio Gonçalves de Oliveira Filho (Titular); José Roberto Matos Souza (Suplente)
38 IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – Centrais Sindicais: José Carlos Quintino (Titular); Katia Cristina
39 Rodrigues da Silva (Suplente) - MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE: Lucia Helena de Oliveira (Titular);
40 Jonas Manuel de Queiroz (Suplente) - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DE INTERESSE DA MULHER – Regiane
41 Alves Ferreira Programa ou Movimento Religioso de Defesa da Saúde – CONVIDADOS (AS): Maria
42 Erminia Ciliberti; Solange Ap. Camargo Gomes; Eleonora Ap. Ferraz; Ricardo Chaves Carvalho; Maria
43 Palmira Moura Martins, Ohana Renata B. Souza; Verônica Ap. Leão; Brenda Souza Costa; Silvia Troupard;
44 Marcia Ramos, Fabiana Rodrigues; Catia Ferreira; Belfari Guiral; Cassia Marinho Tubone; Maria de
45 Fatima; Telma Attizani; Thais S. C. Pipolo; Fatima Miriam; Karin Catapani; Jose Pedro da Silva; Monica
46 Rodrigues; Debora Nunes; Alexandre F. Vasconcelos; Fabiana Silva e Simone Santos. A reunião do Pleno
47 do Conselho Estadual de Saúde tem início as 10:04 horas, com as boas vindas do senhor secretário



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



48 executivo, Belfari Garcia Guiral e esclarece na abertura da sessão, conforme prazos regimentais, que
49 aguardou a instalação de quórum com 16 membros presentes e alerta que na saída dos titulares, o
50 suplente deverão assumir. O secretário faz as justificativas das ausências. Ainda no item expediente ,
51 solicita que a aprovação da ata 278º se dê no próximo pleno face a não apreciação dos membros
52 conforme prazo regimental. Em seguida orienta para atenção aos prazo regimental de 03 minutos e sem
53 discussão dos itens de informe, como segue: 1º item – CISTTÃO – 9º Encontro Nacional das CISTT –
54 Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em Brasília, DF . A conselheira Irene
55 faz o informe, face a ausência do conselheiro Maxwell, manifesta que o evento foi satisfatório e
56 comenta sobre as preocupações debatidas com foco no desmonte dos CERESTs- Centro de Referência
57 da Saúde do Trabalhador e a não implantação das CISTT nos Conselhos de Saúde . Informe: 8º
58 Conferência Estadual de Saúde com a relatoria conselheira Adriana Martins , segmento gestor –
59 COSEMSSP solicitando inclusão de pauta justificando rapidamente quanto a proposta de cronograma da
60 Conferência Estadual e duas etapas sejam aprovadas em Em regime de votação: A inclusão de pauta
61 para a discussão do cronograma da 8ª Conferência Estadual de Saúde de São Paulo . Contagem dos
62 votos – 15 (quinze) votos a favor, 0 (zero) contra e 0 (zero) abstenção. A conselheira Maria Alessandra
63 solicita a inclusão de pauta –PAS-2019, justificando que as considerações do parecer referente ao RAG
64 2017 não foram observados na Programação Anual 2019. O secretário executivo Belfari Guiral consulta
65 a presidência sobre a solicitação, que concorda com a inclusão da temática. Em regime de votação
66 sobre a inclusão de pauta sobre rediscussão quanto a aprovação do PAS- Plano Anual de Gestão de
67 2019. Contagem dos votos : 16 (dezesesseis) votos a favor, 0 (zero) contra e 0 (zero) abstenção . O outro
68 informe é dado pelo conselheiro Mauri Bezerra referente ao relatório interno de avaliação das OSS
69 2017 – Organizações Sociais de Saúde por ele realizado e solicita inclusão de pauta para sua aprovação
70 e encaminhamentos. Em regime de votação : a inclusão de pauta quanto sobre o relatório de avaliação
71 das OSS 2017 – Organizações Sociais de Saúde por ele realizado. Contagem dos votos : 16 (dezesesseis)
72 votos a favor, 0 (zero) votos contra e 0 (zero) votos de abstenção. Em seguida, o Secretario Executivo
73 passa a palavra ao Presidente do Conselho e Secretario Estadual de Saúde, em exercício, Dr. Antonio
74 Rugolo Júnior que tem alguns informes sobre os trabalhos desta pasta. O Secretário em sua fala destaca
75 assuntos importantes quanto a assistência frente a grande demanda e a dificuldade de oferta para as
76 áreas de hemodiálise, cardiopatia congênita e mortalidade materna e infantil. Nesse sentido reforça
77 que foi composto um grupo pela SESSP- Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para atuar frente
78 essas questões, como: diminuir/reduzir a mortalidade infantil e materna, considerando o momento
79 atual sobre o contexto econômico e programas sociais , limite de teto financeiro em relação a
80 hemodiálise e o atendimento da cardiopatia infantil . Em relação , a hemodiálise explana sobre o fato
81 esses pacientes necessitarem de leito e que no Estado São Paulo costuma ultrapassar gerando problema
82 do limite do teto financeiro para cada instituição a com isso sem que haja possibilidade de
83 remanejamento financeiro e comenta sobre os esforços da pasta junto ao Ministério das Saúde com o
84 intuito de tentar o aumento do teto. O outro item abordado pelo Dr. Rugolo foi a cardiopatia infantil
85 que tem uma fila aproximadamente de 50 crianças/dia aguardando cirurgia e na maioria das vezes é
86 com um quadro grave que leva o RN a óbito , em função disto, o governador liberou a contratação de
87 150 profissionais e abertura de 17 leitos no Dante Pazzanese. Ainda nesse assunto, no esforço de reduzir
88 a fila, a pasta na tratativa e houve a diminuição de 25 RN da fila de espera. O secretário comenta que com
89 a abertura dos novos leitos para a cirurgia de cardiopatia congênita e com o Hospital Regional de
90 Sorocaba realizando esse procedimento cirurgia e espera se que a fila se encerra. Outro problema sério
91 é a questão da oncologia, e foi instituído um Grupo de Trabalho para enfrentar a dificuldade de seguir o
92 protocolo para o tratamento e comenta sobre o período de espera do paciente pós-diagnóstico e com
93 isso o prognóstico piora e aumenta a taxa de mortalidade e frente a isso há um esforço sobre o
94 levantamento dos serviços ofertados na rede de atenção a oncologia e defende o aumento da
95 capacidade operacional instalada e isso demanda tempo. Aberta a fala aos Conselheiros, a conselheira



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



96 Neide Buscuola , segmento trabalhador , comenta sobre audiência publica em 18/09, na ALESP e
97 questiona se há previsão de entrada de recurso para atender as demandas apontadas, em especial, a
98 hemodiálise e comenta sobre os processos de repasse do recurso e aponta a questão da transparência
99 citando a retenção de valores para esses serviços e sem ampliação de serviços e conclui que ao se
100 considerar aumento da demanda , a COFIN entende que a SESSP deveria complementar a diferença do
101 valor e o com aprovação do CESSP. O Dr. Rugolo esclarece sobre a rede de TRS – Terapia Renal
102 Substitutiva que os serviços estão sob gestão estadual e que alguns estão sob gestão municipal e
103 mesmo que o orçamento não seja suficiente é imprescindível a resolução da questão no governo pois as
104 pessoas não devem morrer por essa situação não resolvida. A conselheira Irene comenta sobre o caso
105 da cardiopatia infantil entendendo que deve haver o empenho de todos e pergunta se há como obter
106 dados quanto a alta incidência da cardiopatia infantil e oncologia. Dr. Rugolo informa que a dificuldade
107 no atendimento à cardiopatia infantil também é reflexo da crise, houve a redução a oferta do serviço e
108 observa que a fila tem aumentado. Sobre a rede de assistência em oncologia , o secretário informa que
109 a incidência da oncologia aumentou e que é a segunda causa de morte mundial perdendo somente
110 para patologias cardiovasculares. Em sua fala, Dr. Rugolo comenta que se houver a separação das
111 doenças de origem cardíaca, das vasculares a incidência das doenças oncologicas supera em volume
112 porque a população esta vivendo mais e a tendência é aumentar. Devemos estar preparados para esse
113 realidade. A conselheira Sheila, segmento usuário, comenta sobre a percepção quanto ao impacto na
114 assistência em relação a oncologia e pergunta sobre o papel da CROSS e processos de trabalho com os
115 pacientes com doenças crônicas, em especial as crianças que ao chegarem na adolescência e que estão
116 em acompanhamento nos hospitais infantis tem dificuldade quanto a transferência para os hospitais
117 gerais e como se processa essa ação na regulação e monitoramento do fluxo de vagas. O Dr. Rugolo
118 comenta em relação a CROSS, que a maior queixa é falta de leitos , mas há outros problemas e informa
119 que tem sido feito o trabalho para se descentralizar a CROSS, e relata sobre os processos anteriores a
120 implantação da CROSS citando as experiências com cidades do interior de São Paulo. Informa que
121 existem propostas e estudos de implantação destas Centrais em Santos , Campinas, Bauru, Ribeirão
122 Preto e Piraciba e com possíveis vinculações esses novos centros de CROSS estar atrelado aos hospitais
123 universitários. Neste momento estão concluídas na cidade de Santos e Campinas. O secretário
124 executivo Belfari tem informe ainda não oficial de que a audiência publica na ALESP ocorrerá em
125 18/09/2018 às 14:00 horas para a apresentação do relatório do 2º quadrimestre anual (RDQA) e
126 estaremos agendando no conselho estadual em momento oportuno, Posteriormente é passada a
127 palavra ao conselheiro Mauri , que comenta sobre o relatório final da CPI OSS e com encerramento
128 12/09/2018 e citando os encaminhamentos e os dados relativos dos membros e documentos emitidos
129 e cita sobre as recomendações emitidas na CPI dentre as quais , sobre a indicação da recomendação no
130 relatório final de que o secretario estadual da saúde peça demissão da Famesp, órgão do qual está
131 licenciado. Em continuidade ao informe, a proposta do projeto de lei nº 846 , que tem como objetivo a
132 modernização desta lei vigente e traz como novidade , a criação de uma agência reguladora da OSS
133 que proporcionará maior transparência, limite dos tetos salariais, quarentena em ao trabalho. O
134 secretario executivo informa que assim que os relatórios estiverem disponiveis, eles serão re-
135 transmitidos aos conselheiros . Em seguida, a conselheira Ivanice ,segmento usuário, informa e solicita o
136 registro da entrega aos conselheiros do planejamento anual da CISTT – Comissão Inresetorial do
137 Trabalhador e da Trabalhadora. O secretário executivo passa para o próximo item que trata do parecer
138 da Consultoria Juridica -CJ sobre a aprovação do novo regimento interno do Conselho , faz uma
139 retrospectiva do processo de trabalho da comissão responsável até o encaminhamento do parecer a
140 Procuradoria Geral do Estadual. Nesse sentido , a analise foi realizada e encaminhada em forma de
141 parecer emitido com uma serie de considerações solicitando revisão da proposta de regimento. E com a
142 orientação de que , enquanto ,não houver a aprovação deste regimento continua a manutenção do
143 regimento anterior em vigor (Resolução nº 02/2014). A conselheira Neide reitera o histórico



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



144 apresentado pelo Secretário Executivo e tece comentários sobre os artigos e parágrafos do regimento
145 interno debatendo sobre as divergências. Afirma que o parecer exarado pela Consultoria Jurídica não
146 tem sentido. Cita que foi solicitada retirada pelas conselheiras Maria Isabel e Maria Alessandra dos seus
147 nomes nessa manifestação visto que não reflete o posicionamento delas e para finalizar defende que
148 não há necessidade de fazer outra comissão e conclui sua fala com a questão da necessidade de rever a
149 Lei e coloca a proposta de enviar o documento realizado pela ela ao processo inicial e que seja
150 reencaminhado a Procuradoria do Estado. Em seguida, a conselheira Maria Alessandra comenta sobre
151 suas ações perante ao CESSP no biênio anterior e desde então relata a existência de divergência com a
152 legislação vigente em relação a lei de criação do conselho. Em prosseguimento, a conselheira fala sobre
153 a questão da suplência do presidente, não a incomoda, visto que o presidente preside a sessão, o
154 mesmo tem voto de minerva, no entanto se a orientação é para cumprimento da legislação, na lei de
155 criação deste conselho não há suplência. Outro ponto abordado se trata do processo eleitoral do biênio
156 2015-2017, em que a conselheira Maria Alessandra protocolou uma série de documentos incluindo o
157 parecer do MP federal referente as irregularidades desse processo no conselho estadual de saúde e que
158 não houve respostas aos seus questionamentos. Relata ainda que os retornos dos questionamentos
159 foram evasivos. Fala que observa vícios e que a Procuradoria faz vistas grossa e que funciona conforme
160 o interesse que este órgão deve rever seus conceitos. Sobre o regimento interno, a conselheira pontua
161 sobre itens conflitantes e finalizando a sua fala a conselheira Neide comenta sobre os encaminhamentos
162 dos documentos realizados pela secretaria executiva e solicita nova consulta a Procuradoria de Estado,
163 com a inclusão do documento enviado por ela. A conselheira Maria Alessandra pede a palavra e propõe
164 a retirada dos itens referentes e a suplência da presidência e ressarcimento dos trabalhadores e
165 justifica porque referente a dotação consta na lei de criação e no regimento interno anterior e
166 paralelamente enviar estas questões ao ministério publico. O conselheiro Alaor solicita a palavra e
167 antes de passar a palavra, o secretário executivo declara a todos, que o presidente do CESSP por
168 questões de agenda pede licença para se retirar. O secretário executivo convida o conselheiro Affonso
169 Viviani Jr para assumir a presidência dos trabalhos e conduzir a reunião. Em seguida, o conselheiro
170 Alaor com a palavra debate sobre os atos emanados pelo CES, em relação a soberania deste grupo e as
171 formas de encaminhamentos seja, resolução ou recomendação obedecendo os preceitos legais,
172 podendo ser encaminhado até ao governador do Estado. O conselheiro Frederico Carbone, segmento
173 gestor, com a fala, ressalta a manutenção do diálogo com a Procuradoria do Estado, em que pese o
174 respeito aos membros da comissão e questiona sobre a possibilidade de uma reunião, em conjunto,
175 com um dialogo presencial com os procuradores para os devidos esclarecimentos possibilitando um
176 canal de comunicação e reafirma esta colocação como proposta. A conselheira Neide faz o
177 encaminhamento que seja solicitada a análise a Procuradoria do Estado, do regimento interno com a
178 juntada do documento elaborado com a proposta de prazo com retorno no pleno de outubro. O
179 secretário executivo esclarece sobre os fluxos junto a esse órgão. O secretário executivo Belfari faz a
180 súmula das falas das conselheiras Neide e Maria Alessandra e menciona as duas proposituras e dá o
181 encaminhamento e acrescenta a solicitação de uma reunião da comissão do Regimento Interno com os
182 Procuradores do Estado. Em regime de votação: proposta da conselheira Neide juntar aos autos, o
183 documento feito por ela retornando ao PGE – Procuradoria Geral do Estado acrescida de reunião com o
184 Sr. Procurador antes da manifestação daquele douto órgão. Contagem dos votos: 10 (dez) votos a favor
185 ,02 (dois) votos contra ,04 (quatro) votos de abstenções. Declaração de voto de abstenção do conselheiro
186 Alaor é contrario de encaminhar relatório unilateral para junto do processo administrativo como se
187 fosse homologar *Ad Referendum* de quem não tem essa autonomia, consta nesse relatório 3 (três)
188 nomes dentre dos quais dois não reconhecem esta resposta. A conselheira Isabel também justifica o seu
189 voto de abstenção e declara que foi membro da comissão que elaborou o regimento interno porem não
190 participou das reuniões e nem do documento final. Após a votação, o secretário executivo Belfari
191 solicita a inversão de pauta, passando o terceiro item que trata da Matriz do curso para conselheiros e



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



192 o item de ressarcimento para terceiro ponto visto que o convidado deveria se apresentar no Tribunal
193 Regional Eleitoral Nesse sentido senhor Belfari encaminha a votação. Em regime de votação : solicitação
194 de inversão de pauta, do 2º item para o 3º item da pauta da 279ª reunião: Contagem de votos:15
195 (quinze) votos a favor, 0 (zero) voto contra, 01 Um) voto de abstenção. Tem prosseguimento o item de
196 pauta:Apresentação da Matriz do Curso de Capacitação de Conselheiros de Saúde para a Participação e
197 Controle Social no SUS para validação do CESSP – elaborado pelo Núcleo de Apoio as Escolas Técnicas
198 do SUS/SP – NAETSUS -Escolas Técnica do SUS pelo professor Ricardo Chaves de Carvalho. Após a
199 apresentação e considerações dos professores Ricardo e Antonio Carlos,o conselheiro Alor solicita a
200 fala e a inicia com a parabenizando o professor porque eles são os responsáveis pela formação dos
201 conselheiros. Nas suas colocações faz a critica sobre o material e conteúdo sobre os diversos outros
202 cursos de formação para o controle social realizados pelo TCE- Tribunal de Contas do Estado, CEAP –
203 Centro de Educação e Assessoramento Popular e mesmo o CEFOR – Centro de Formação para o SUS .
204 Discute sobre a oportunidade de se consolidar os processos de formação e comenta sobre a
205 necessidade dessa ação. Assim sendo, o conselheiro Alor solicita vistas da Matriz nos termos
206 regimentais para com a Comissão de Políticas e da Comissão de Comunicação, Educação e Informação
207 de saúde procederem análise. O presidente da sessão , conselheiro Affonso fala que face ao pedido de
208 vistas , o tema em questão passa a ser ponto de pauta do próximo Pleno , já que há o prazo regimental
209 para a manifestação do requerente e pedi a confirmação a secretaria executiva desse encaminhamento.
210 Antes de passar a palavra aos conselheiros , o secretario executivo Belfari informa e reitera que as
211 reuniões das comissões não são canceladas pela secretaria executiva e que é de responsabilidade dos
212 coordenadores (as) as alterações de datas. Em seguida, a conselheira Neide questiona sobre a
213 possibilidade dos funcionários municipalizados realizarem o curso pois há interesse mas que por
214 diversos motivos não conseguem apesar de estarem nos conselhos gestores. O Conselheiro Affonso
215 solicita que as considerações sejam feitas e que o CEFOR responda em seguida .Passada a palavra,
216 conselheira Ana Carolina, segmento trabalhador, coloca sobre a importância do acesso ao conteúdo do
217 curso e se os novos conselheiros têm ou teriam o acesso a este conteúdo, comenta ainda sobre a
218 metodologia ativa, como ferramenta de Educação Permanente e sugere que os temas e os instrumentos
219 de planejamentos possam ser utilizados como ferramentas de aprendizagem e comenta sobre a
220 experiência de outros conselhos sobre a dificuldade de análise. O conselheiro Affonso solicita a
221 verificação de quórum em função das pautas que estão por vir e assim confirmada a condição de voto
222 do pleno feita a conferência registra-se 16 conselheiros presentes. A conselheira Irene comenta sobre a
223 dificuldade de acesso pelos municípios a este curso e afirma que a experiência dela ter feito o curso foi
224 positiva. O conselheiro Frederico Lima demonstrar a satisfação sobre a matriz. Comenta ainda sobre a
225 importância de que a comunidade tenha esse acesso a estes conteúdos. A conselheira Isabel,
226 segmento trabalhador, faz parte da comissão de Comunicação, Informação e Comunicação comenta
227 que a matriz foi apresentada e que no dia 21/09 e que haverá uma reunião para o debate sobre o curso
228 de ativação aos conselhos de saúde. A proposta da comissão em apresentar na plenária é para aprovar ,
229 analisar e validar o curso e comenta sobre os convidados permanentes e a reunião está aberta e o
230 assunto é interdisciplinar .O secretario executivo Belfari comenta sobre os cursos de formação e
231 entende que é o momento de validar o curso do CEFOR e neste momento o CES-SP reafirma o seu
232 posicionamento enquanto protagonista dessa formação. O professor Ricardo responde aos presentes os
233 questionamentos feitos dizendo que os cursos que estão sendo propostos por outras instâncias, não
234 dialogam com as áreas técnicas do CEFOR – Centro de Formação do SUS , estes são apresentados de
235 forma descendente sem a manifestação do pleno do conselho de saúde quanto a necessidade de sua
236 demanda.A matriz contempla as questões dos instrumentos de planejamento e sobre o material didático
237 e debate sobre a necessidade de superar a obrigatoriedade da entrega do material didático impresso ,
238 visto que , as alterações são frequentes tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista legal e
239 ainda comenta da má versão do dinheiro público e hoje o conteúdo tem sido via CD. Sobre a questão do



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



240 servidor municipalizado, a partir do momento que este funcionário faz parte do conselho não há
241 distinção inclusive de segmento, todos são acolhidos. Ricardo comenta que talvez a questão seja de
242 outro cunho. Ainda sobre o tema é orientado que a demanda de curso deve ser feita ao CRH-
243 Coordenadoria de Recursos Humanos e que os conselheiros devem pedir ao NEP- Núcleo de Educação
244 Permanente e NEPH – Nucleo de Educação Permanente e de Humanização dos municípios e estado e
245 que pactuação é feita na CIR- Comissão Intergestora Bipartite por conta do recurso de Educação
246 Permenente.O professor comenta sobre os formatos de cursos A demanda para esse conselho deve ser
247 feita ao CRH e informe desde 2007 é ofertado . Conselheira Maria Isabel coloca sobre as ações
248 pactuadas sobre as questões e abrindo para comunidade para os próximos conselheiros e agradece a
249 presença de todos. Em seguida , antes da apresentação do outro item a ser apresentado pela
250 conselheira Neide , a conselheira Adriana , segmento gestor , solicita questão de esclarecimento quanto
251 os itens da pauta considerando o adiantado da hora e justifica a colocação em função de sua agenda de
252 trabalho e que ainda precisa colocar as questões da Copmissão Organizadora da 8ª Conferência. O
253 secretário executivo apresenta a demanda da conselheira Neide que tem um documento referente ao
254 ressarcimento para os conselheiros e será enviado a CJ para o Parecer. Ela informa que a demanda é do
255 conselheiro Maxwel esclarece que a carta foi construída no Abrascão e na reunião da CISTT, que definiu
256 o pleito. A conselheira Neide ainda com a palavra faz uma retrospectiva sobre a questão de
257 ressarcimento desde 2016 , citando o decreto nº 57.478, de 31 de outubro de 2011 que tem sido a
258 referência . e faz a leitura da carta . Solcita que o documento seja dirigido ao Secretário de Estado da
259 Saúde e não ao Presidente do Conselho com a assinatura desta conselheira e solicita o
260 encaminhamento da carta, acatando a pedido do conselheiro Maxwel que está impossibilitado de
261 participar. A conselheira Maria Alessandra questiona sobre os documentos apresentados, fluxos de
262 encaminhamento considerando os prazos . O secretário executivo Belfari esclarece e solicita o
263 restabelecimento do diálogo sobre o assunto. A conselheira Maria Alessandra fala que não concorda
264 com o teor da carta e manifesta que ressarcimento antecipado já está previsto no decreto citado e a
265 temática está em discussão na reunião de Informação, Educação e Comunicação. O secretário executivo
266 Belfari propõe a votação com concordância da presidência, em regime de votação o encaminhamento
267 do secretário estadual de saúde do documento elaborado pela conselheira Neide Biscuola. Em regime
268 de votação: Encaminhamento da carta referente ao ressarcimento dos membros do Conselho Estadual
269 de Saúde ao Secretario de Estado da Saúde - Contagem de votos: 13 a favor, 01 votos contra e 02 votos
270 de abstenção. A conselheira Erika solicita a retratação da conselheira Alessandra face a fala da mesma,
271 sobre os conselheiros não saberem o que estão votando. A conselheira Erika solicita o registro em ata ,
272 de que não houve a retratação. O segundo item referente a indicação da representação do conselheiro
273 (a) no Comitê LGBT da conselheira Irene Ribeiro. Em seguida, a conselheira Regina Pedrosa solicita a
274 palavra e registra que houve o convite anterior para participação da reunião. O secretário executivo
275 Belfari esclarece para todos que a comissão de IST não sofresse solução de continuidade houve a
276 indicação e propõe que a conselheira Regina Pedrosa seja a titular e a conselheira Irene Ribeiro seja a
277 suplente.O presidente pergunta se haveria mais algum conselheiro interessado, antes do
278 encaminhamento. Em regime de votação: A conselheira Regina Pedrosa segmento usuário com a
279 titularidade e a suplência a conselheira Irene Ribeiro de Moraes no comitê técnico de saúde integral da
280 população LGBT contagem de votos: 16 votos a favor, 0 votos contra e 0 votos de abstenção. Próximo
281 item: homologação da conselheira Maria Isabel Boniolo Martins, com indicação coordenadora adjunta
282 da comissão de Comunicação, Informação e Educação , no seminário de Educação Permanente , 05 de
283 setembro de 2018 em Brasilia - DF. Regime de Votação : Homologação da conselheira Maria Isabel
284 Boniolo Martins, com indicação coordenadora adjunta da comissão de Comunicação, Informação e
285 Educação , no seminário de Educação Permanente , 05 de setembro de 2018 em Brasilia – DF. Em
286 regime de votação. 16 votos a favor. A conselheira Adriana, segmento gestor, com a palavra sobre a 8ª
287 conferência Estadual de Saúde e informa sobre os principais pontos da reunião e aponta sobre a pouca



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



288 representatividade dos conselheiros com a presença de 01 conselheiro de cada segmento . Comenta
289 sobre o debate ocorrido referente ao resgate do processo de regionalização como indutor das políticas
290 públicas como um pilar importante na centralidade da conferência e garantindo o preconizado a
291 Resolução nº594 referente a 16ª Conferência Nacional de Saúde que estabelece prazos. Continua a fala
292 informando sobre a importância e garantia da participação dos municípios com as etapas acontecendo
293 02/01/2019 a 15/04/2019, conforme a Resolução nº 594/2018, etapa preparatórias para a Conferência
294 Estadual (etapas regionais) de 16/04/2019 a 24/05 e a etapa estadual de 07 a 09 de junho de 2019, com
295 proposta para apreciação e com a proposta de formulação dos decretos para garantia dos prazos. O
296 conselheiro Gimenes manifesta a preocupação frente aos tempos hábeis para realizar as etapas
297 regionais e argumenta quanto a possibilidade de se fazer em outros formatos. A conselheira Adriana
298 esclarece que provavelmente haverá manifestação em todos os plenos , o informa quanto aos
299 processos e fluxos dos trabalhos da Conferência. Em regime de votação: aprovação do cronograma para
300 a 8ª Conferência Estadual de Saúde nos dias 07 a 09 de junho de 2019, etapas preparatórias 16/04/2019
301 a 15/04/2019. Contagem de votos 16 votos a favor, 00 (zero) votos contra e 00(zero) votos de
302 abstenção. Próximo item de pauta, o parecer da votação do PAS – 2019 – Plano Anual de Saúde, a
303 conselheira Maria Alessandra com a palavra faz a argumentação do ponto de vista jurídico quanto a
304 votação e a deliberação deste Conselho referente ao Pleno . Propõe que a questão deve ser rediscutida
305 porque o parecer do RAG -2017 teceu recomendações. O presidente da mesa solicita a palavra faz a
306 retrospectiva e condução e na ocasião não houve questionamento pelo pleno. A conselheira Maria
307 Alessandra pontua que a a votação realizada não caracteriza a aprovação do Plano Anual de Saúde e
308 solicita a consulta ao pleno e faz o retrospecto dos processos de trabalho da comissão de relatoria
309 responsável pelo Parecer do PAS – 2019. O conselheiro Affonso questiona se o pleno gostaria de se
310 manifestar a respeito desse tema e sugere que seja feito também o encaminhamento. O presidente da
311 mesa retoma o histórico do PAS -2019 o como lembrado pela conselheira Maria Alessandra, e
312 complementa que ante a impossibilidade de continuidade dos membros , a solicitação de participação
313 novos conselheiros com a manifestação de continuidade do conselheiro Frederico Carbonne e com a
314 inclusão do conselheiro Mauri Bezerra e a partir desse momento a conselheira Neide fez a sugestão de
315 se votar o relatório da maneira de como havia sido apresentado. Ressalta que a questão ficou clara na
316 condução e argumenta com o grupo e continua sua explanação pontuando quanto a não manifestação
317 dos conselheiros em agregarem a nova comissão para apresentarem o parecer do PAS na reunião e com
318 a colocação dos conselheiros Frederico e Mauri e no seu atendimento, a abstenção aconteceu por essa
319 razão. Reitera que houve o esclarecimento devido na ocasião. O conselheiro Alair retoma a discussão
320 mencionando a Portaria GM/MS nº 2135/2013 , que se refere aos instrumentos de planejamento e
321 pontua sobre suas colocações na reunião anterior frente ao parecer do relatório e entende que não há
322 coerência na votação do PAS- 2019. Continua sua fala e entende que houve votação na aprovação do
323 acolhimento do parecer do relatório e se lida e aprovada a ata saberíamos a discussão do relatório não
324 aprovação do RAG-2017 . Ele cita o voto carrão quando o relator dá voto e todos os presentes seguem o
325 voto. O presidente da mesa conselheiro Affonso comenta sobre a fala do conselheiro Alair e relembra
326 sobre os diversos questionamentos realizados ao Pleno, se o conselheiro teria razão quanto ao ponto
327 sobre o único ponto de pauta ser o RAG e se os mesmos se sentiriam a vontade para outros
328 encaminhamentos . O presidente pontua sobre a soberania do Pleno e que a questão apresentada terá
329 o encaminhamento. A conselheira Irene comenta sobre a “infantilidade” e chama a atenção de todos
330 sobre a desatenção no momento da apresentação dos encaminhamentos e propõe a votação do PAS –
331 2019 a ser revista a discussão. A conselheira Neide faz o resgate cronológico sobre a apresentação dos
332 instrumentos de planejamento e debate quanto a responsabilidade dos conselheiros (as) e informa
333 sobre os encaminhamentos da comissão de Orçamento e Finanças para a CGOF – Coordenação de
334 Gestão Orçamentos e Finanças quanto aos recursos previstos para execução orçamentária e debate
335 também quanto a dependência dos municípios do recurso do Estado. O parecer do RAG – 2017



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



336 apresenta recomendações para 2018 e 2019 independente da votação das metas propostas para 2019.
337 A conselheira Maria Isabel retira sua solicitação de pauta. O presidente da Mesa faz a sumula dos
338 pontos debatidos e denota que a proposta da conselheira Maria Alessandra foi retificada pelas
339 conselheiras Ana e Irene. O debate continua entre os membros para formulação do encaminhamento e
340 o secretário executivo Belfari esclarece que a proposta não é rediscussão da matéria e sim adequação
341 do conteúdo às recomendações exaradas no parecer do RAG 2017. O presidente da mesa menciona que
342 o resultado da votação do pleno anterior não tem consistência colocado pela conselheira Maria
343 Alessandra que justifica pela somatória dos votos contrários e abstenção serem maiores que os
344 favoráveis portanto não deveria haver apreciação. O conselheiro Affonso solicita a todos fazer o
345 esclarecimento que não houve a apresentação de dois pareceres e o que foi um único parecer que foi
346 votado e apreciado. Foi também relatado que não deveria conter o outro documento apresentado pelo
347 representante da gestão na figura do Conselheiro Frederico Carbone em anexo e sim como justificativa
348 de voto visto que da forma apresentada poderia dar a impressão de ser parecer. Após os
349 esclarecimentos, o presidente da mesa, conselheiro affonso apresenta o encaminhamento proposto
350 sendo que, se constitua uma nova comissão de relatoria que avalie o PAS – 2019 e que em momento
351 oportuno se pautar e traga para o pleno. O conselheiro Mauri pede questão de ordem para solicitação
352 de quórum que é conduzido pelo secretário executivo Belfari que informa que se mantém. A conselheira
353 Neide solicita uma questão de esclarecimento à colaboradora da área de técnica de planejamento – CPS
354 – Coordenadoria de Planejamento após o esclarecimento. O conselheiro Affonso lembra os presentes
355 que a pauta retornou a essa reunião porque na reunião extraordinária de 30/08 não houve quórum e o
356 presidente esclarece que não foi instalado a reunião. Novamente é solicitado a verificação do quórum
357 que apresenta 14 membros. A matéria não é colocada em votação por falta de quórum. O presidente
358 Affonso manifesta que apesar de não haver quórum para deliberação não gostaria de encerrar a
359 reunião sem facultar a palavra aos conselheiros (as) que quiserem sem manifestar nesta reunião. O
360 conselheiro Mauri Bezerra inicia sua fala lamentando que o relatório do ano 2017 será apresentado
361 em 2018 e faz uma crítica de caráter construtivo sobre a condução dos trabalhos. Continua sua fala
362 sobre a importância de se estabelecer tanto o limite de tempo conforme estabelecido regimentalmente
363 e o quantitativo dos (as) conselheiros (as) nas inscrições e conclui com a falta de cumprimento da
364 pauta. O presidente solicita que a condução dos trabalhos nas próximas reuniões e que a secretaria
365 executiva no início dos trabalhos do Pleno informe sobre o estabelecido no regimento interno quanto a
366 participação dos conselheiros (as) no tocante do limite de tempo como o número de inscrições. Ainda
367 na temática, os (as) conselheiros (as) debatem, a conselheira Irene reitera o encaminhamento da
368 conselheira Maria Isabel. O conselheiro Gimenes entende que como co-responsáveis sobre a condução
369 a contento todos tem a responsabilidade. Ressalta sobre o cumprimento do horário para início e
370 término de todos (as) independente do quórum. Deliberações: 1. Pedido de inclusão de pauta do
371 seguinte item: apresentação da proposta de cronograma para a 8ª Conferência estadual de Saúde e
372 Etapas Preparatórias. Decisão: Aprovada com 15 votos a favor, zero contrário e zero abstenções; 2. 1.
373 Aprovação de inclusão de pauta do seguinte item: Pedido de inclusão de pauta para rediscutir à
374 aprovação da Programação Anual de Saúde-2019; Decisão: Aprovado com 16 votos à favor, zero votos
375 contrários e zero abstenções; 3. 1. Pedido de inclusão de pauta do seguinte item: Pedido de inclusão de
376 pauta para apresentação do Relatório Anual de Gestão -2017 dos Contratos de Gestão das Organizações
377 Sociais de Saúde-OSS. Decisão: Aprovado com 16 votos à favor, zero votos contrários e zero abstenções;
378 4. Apresentação do documento que será juntado ao Parecer da Consultoria Jurídica-CJ da SESSP, sobre o
379 Regimento Interno do CESSP, retornando à CJ para um novo parecer com proposta de realizar uma
380 reunião presencial com a Comissão antes do parecer final; Decisão: Aprovado 10 votos à favor, 2 votos
381 contrários e 4 abstenções; 5. Pedido de inversão de pauta o item três será apresentado antes do item
382 dois. Apresentação da Matriz do Curso de Capacitação de Conselheiros de Saúde para participação e
383 controle social. Decisão: Aprovado 15 votos à favor, zero votos contrários e uma abstenção;



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**



384 6.Encaminhar Carta ao Sr. Secretário para reestabelecer o diálogo sobre a minuta de Decreto de
385 Ressarcimento de Despesas de Conselheiros que atendam as reais necessidades do conselho Estadual
386 de Saúde de São Paulo. Decisão: Aprovado por 13 votos a favor, 1 voto contrário e 2 abstenções. 7.
387 Homologação da indicação da Conselheira Regina Célia Pedrosa, segmento usuário, na titularidade e
388 Irene Ribeiro de Moraes, segmento usuário, na suplência para participarem do Comitê LGBT. Decisão:
389 Aprovado por 16 votos a favor, zero votos contrário e zero abstenções. 8. Homologação da participação
390 da Conselheira Maria Isabel, no Encontro Nacional das Comissões de Educação permanente em Brasília
391 realizado em 04 e 05 de setembro de 2018. Decisão: Aprovado por 16 votos a favor, zero votos
392 contrários e zero abstenções. 9. Apresentação do Cronograma para a 8ª Conferência Estadual de Saúde
393 nos dias 07, 08 e 09 de junho de 2019 e as etapas preparatórias no período de 16 de abril à 24 de maio
394 de 2019. Decisão: Aprovado por 16 votos a favor, zero votos contrários e zero abstenções. A reunião
395 tem o seu encerramento às 13:53 horas. Ata lavrada por Cássia Tubone e revisada por Belfari Garcia
396 Guiral.